



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PORTARIA N.º 855, DE 01 DE Agosto DE 2018.**

Remove, a pedido singular, a partir de 1º de agosto de 2018, o Promotor de Justiça **ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE** da 4ª Promotoria de Justiça Infracional da Infância e da Juventude para a 10ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Brasília.

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 75/93 e,

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução n.º 217, de 30 de maio de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 78 da Resolução n.º 205, de 25 de setembro de 2015, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que dispõe que a lotação decorrente dos resultados dos Avisos de Remoção será efetivada a partir do dia 1º de agosto, para os avisos publicados entre fevereiro e julho;

**CONSIDERANDO** o resultado do Aviso de Remoção Global de Promotoria n.º 01, de 28 de junho de 2018 (PA n.º 08191.068407/2018-83),

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Remover, a pedido singular, a partir de 1º de agosto de 2018, o Promotor de Justiça **ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE** da 4ª Promotoria de Justiça Infracional da Infância e da Juventude para a 10ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões de Brasília.

**Art. 2º** O Promotor de Justiça ficará responsável pelos feitos judiciais recebidos e extrajudiciais conclusos:

I - no ofício de origem, até o penúltimo dia útil que anteceder a efetivação da remoção;

Assinatura manuscrita em azul, consistindo de um nome estilizado e uma data.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**

---

II – no ofício de destino no último dia útil que anteceder a efetivação da remoção.  
Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

**LEONARDO ROSCOE BESSA**